



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº /2015 (do Sr. Jovair Arantes)

Requer o desarquivamento de
proposições.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno, o desarquivamento das proposições de minha autoria, relacionadas anexa, retornando, nesta 55ª Legislatura, a tramitação desde o estágio em que se encontravam.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.

JOVAIR ARANTES
Deputado Federal - PTB/GO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº /2015 (do Sr. Jovair Arantes)

ANEXO.

Proposição	Ementa
PL 2191/1996	Dispõe sobre a veiculação de mensagens educativas nos meios de comunicação social.
PL 2604/1996	Institui incentivos fiscais para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares , inclusive ambulâncias, e de materiais de construção destinados a instituições públicas ou entidades privadas de assistência à saúde, sem fins lucrativos.
PL 2644/1996	Dispõe sobre a elaboração, o arquivamento e o uso de documentos eletrônicos.
PL 2920/1997	Altera a redação do art. 91 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Garante ao empregado cinquenta por cento do lucro líquido resultante da comercialização de invenções decorrentes de sua contribuição pessoal.
PL 1781/1999	Dispõe sobre o cancelamento das sanções administrativas que discrimina, aplicadas a servidores públicos, e dá outras providências.
PL 3066/2000	Regulamenta a profissão de caminhoneiro.
PL 7414/2002	Dispõe sobre o trabalho escolar de estudantes de nível superior que participem periodicamente de competições desportivas ou exerçam atividades artísticas itinerantes.
PL 951/2003	Dispõe sobre a alteração do art. 442, da Consolidação das Leis do Trabalho, renumerando o parágrafo único para parágrafo primeiro, e criando o parágrafo segundo. Estabelece que a inexistência de vínculo empregatício no caso de cooperativa só



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	ocorre se não houver prestação de serviço mediante pagamento de salário. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.
PL 3206/2004	Acrescenta o art. 78-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado a instalar, junto ao aparelho telefônico do assinante, um medidor de pulsos utilizados.
PL 3207/2004	Disciplina o serviço de vigilância de quarteirão e dá outras providências.
PL 5616/2005	Dispõe sobre os serviços de atendimento ao consumidor, e dá outras providências.
PL 6026/2005	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que "dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências", para ampliar a concessão do benefício de prestação continuada ao idoso e à pessoa portadora de deficiência.
PL 7321/2006	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Historiador.
PL 111/2007	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar estabelecimentos públicos e privados a matricularem alunos com deficiência.
PL 325/2007	Dispõe sobre a inclusão da disciplina de Educação Alimentar na grade escolar do ensino fundamental e médio, sendo obrigatória em toda rede de ensino do país.
PL 1003/2007	Institui o Dia Nacional da Cultura Hip-hop.
PL 1004/2007	Estabelece a obrigatoriedade da fotografia no título eleitoral.
PL 1220/2007	Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.
PL 1817/2007	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 236 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Deixa de ser personalíssima a ação penal privada decorrente de crime contra o casamento - induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento, podendo a queixa ser proposta por representante legal ou curador especial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 1911/2007	Autoriza o Poder Executivo a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, nos termos que especifica, e dá outras providencias.
PL 2847/2008	Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para dispor sobre ampliação e regras de concessão de benefício assistencial de prestação continuada. Concede abono de um salário mínimo ao responsável pelo beneficiário de prestação continuada de um salário mínimo.
PL 3172/2008	Proíbe os estabelecimentos comerciais de fornecerem sacolas plásticas aos clientes para o acondicionamento de produtos vendidos.
PL 3718/2008	Altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969, para dispor sobre a obrigatoriedade de realização de exames psicológicos nos integrantes da polícia e de cursos de reciclagem.
PL 4128/2008	Altera o art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.
PL 4644/2009	Altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, para dispor sobre os institutos e as fundações criados por Partidos Políticos.
PL 5388/2009	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar o aviso prévio de cento e vinte dias imprescindível à interrupção dos serviços de telefonia, fornecimento de água e de energia elétrica por inadimplemento do usuário, e para proibir expressamente a interrupção dos mesmos serviços quando oferecidos a consumidor que preste serviço público ou essencial à população.
PL 5389/2009	Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, vedando a cobrança de taxa pela realização de prova ou atividade de avaliação de aprendizagem em segunda chamada.
PL 5501/2009	Acresce artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Tipifica como crime a retenção dolosa de salários. Aplica a Constituição Federal de 1988.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 6273/2009	Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir a jornada de trabalho da gestante a partir do sétimo mês de gravidez.
PL 8042/2010	Dispõe sobre a autoria do crime de abandono intelectual. Estende a autoria do crime de abandono intelectual a todos aqueles que tenham crianças ou adolescentes sob guarda ou tutela e que sem justa causa deixam de prover sua instrução. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.
PL 790/2011	Determina que o Sistema Único de Saúde realize obrigatoriamente a avaliação médica de crianças, até sete anos de idade, para o diagnóstico de fimose, preste o serviço de postectomia, em caso de indicação médica, e que o Poder Público desenvolva estratégias de ampliação da prevenção, da assistência médica e da pesquisa relativas ao câncer de pênis.
PL 791/2011	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.
PL 843/2011	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, dispondo sobre o Exame de Ordem.
PL 1930/2011	Estabelece normas para a destinação de garrafas e outras embalagens plásticas e dá outras providências.
PL 3846/2012	Estabelece regras para a recuperação das áreas de preservação permanente (APPs).
PL 3972/2012	Acrescenta §3º ao art. 18 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e §5º ao art. 11 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, a fim de modificar o prazo para que os Municípios elaborem o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.
PL 4018/2012	Altera os arts. 132, 134, 135, 139 e 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.
PL 5236/2013	Acrescenta artigos à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para a implantação de medidas que assegurem ampla informação aos consumidores acerca da qualidade de serviço, atingimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	de metas e outros indicadores das prestadoras de serviço em regime público ou privado.
PL 5391/2013	Concede passe livre aos estudantes carentes no sistema de transporte coletivo interestadual.
PL 6652/2013	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para impedir que a renda familiar mensal bruta seja utilizada como critério de exclusão para a inscrição de estudante no FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.
PL 7111/2014	Acrescenta o art. 16-A à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para explicitar a nulidade de pleno direito de cláusula contratual excludente de cobertura securitária em caso de lesões auto infligidas, decorrentes ou não de tentativa de suicídio.
PL 7547/2014	Acrescenta o art. 61-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de afixação de placa indicativa de velocidade máxima permitida a cem metros de distância antes de aparelho, equipamento ou qualquer outro meio tecnológico medidor, controlador ou redutor de velocidade.
PL 7977/2014	Destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT para apoiar pesquisas científicas, inclusive com células tronco, visando à cura de doenças neurodegenerativas.
PL 8170/2014	Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo IBAMA aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica.
PEC 71/1995	Proíbe a fixação de qualquer contribuição compulsória dos não filiados à associação, sindicato ou entidade sindical.
PEC 189/2003	Acrescenta o § 3º ao art. 207 da Constituição Federal. Obriga os graduados em estabelecimentos oficiais de educação superior à prestação de serviços ao Estado, pelo prazo de um ano, após a conclusão do curso.
PEC 516/2006	Dá nova redação ao inciso XLVI, do art. 5º da Constituição Federal do Brasil. Inclui a prestação de serviço



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	profissionalizante pelo condenado.
PEC 220/2008	Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao § 1º do art. 27, ao caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, ao § 1º e ao § 2º do art. 46 e ao art. 82 da Constituição Federal para determinar a simultaneidade das eleições, a proibição da reeleição dos Chefes de Poder Executivo e a duração de seis anos para os mandatos eletivos dos membros do Poder Legislativo e Chefes do Poder Executivo no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
PEC 221/2008	Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art.17 da Constituição Federal para determinar a índole política, eleitoral e programática do caráter nacional dos partidos políticos, bem como para limitar a responsabilidade dos órgãos partidários ao seu âmbito específico de atuação.
PLP 112/2007	Altera o art. 17 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e dá outras providências, com fins de equiparar a sociedade de fomento mercantil à instituição financeira.
PFC 119/2010	Propõe que a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público realize ato de fiscalização sobre a gestão dos contratos de concessões de áreas públicas em aeroportos brasileiros pela Infraero, durante o período de 2006 a 2010.
PFC 121/2010	Propõe que a Comissão de Viação e Transportes realize ato de fiscalização sobre a gestão dos contratos de concessões de áreas públicas em aeroportos brasileiros pela Infraero, durante o período de 2006 a 2010.
PDC 497/2011	Dispõe sobre a realização, em 2012, de plebiscito para a escolha do sistema eleitoral que será adotado no País para as eleições de deputados federais, deputados estaduais e vereadores, bem como a definição do tipo de financiamento utilizado nas referidas eleições.
PDC 514/2011	Dispõe sobre a convocação de plebiscito para consultar o eleitorado sobre a instituição da simultaneidade das eleições municipais, distritais, estaduais e federais.
PDC 812/2013	Susta os efeitos do Ato Administrativo INFRAERO nº 3139/PR/2012, de 18 de setembro de 2012, que institui procedimento normativo para a concessão de áreas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	operacionais destinadas às atividades próprias das empresas prestadoras de serviço aéreos públicos nos aeroportos da rede Infraero.
PDC 1419/2013	Susta os efeitos de dispositivos das Resoluções nº 523, de 2008, e nº 568, de 2011, da Agência Nacional de Telecomunicações, que vedam a renovação de autorização de frequências na faixa de 148 MHz a 174 MHz, para uso exclusivamente em serviço prestado com tecnologia analógica.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.

JOVAIR ARANTES
Deputado Federal - PTB/GO